



PERCEPÇÃO DOS GESTORES DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO SETOR DO COMÉRCIO NO MUNICÍPIO DE BOM PRINCÍPIO/ RS QUANTO AO GERENCIAMENTO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

Suziane Nonnemacher Steffen, Marta Elisete Ventura da Motta, Beatriz Lucia Salvador
Bizotto

RESUMO

Considerando as constantes mudanças evidenciadas pelas empresas, em particular as Micro e Pequenas Empresas (MPes), devido as pressões impostas pela busca de resultados e pela necessidade de se manter no mercado, sobretudo considerando as peculiaridades do atual no cenário econômico, percebeu-se a relevância da utilização da Contabilidade Gerencial como instrumento de apoio ao processo decisório, tornando as empresas mais competitivas, otimizando recursos e identificando oportunidades. Desse modo, realizou-se uma pesquisa com os gestores das MPes do setor do comércio do município de Bom Princípio/RS objetivando averiguar a percepção destes na utilização das informações contábeis no processo de apoio a tomada de decisões. A metodologia utilizada foi à descritiva e exploratória, através de um questionário composto por perguntas estruturadas, aplicado a 44 gestores que compõem a amostra do estudo. Assim, constatou-se que a maioria dos respondentes não utilizam as informações contábeis no processo de apoio a gestão. Justificam por não receberem os relatórios contábeis, sendo que alguns desconhecem a relevância dessa ligação para o desempenho da empresa, demonstrando, portanto, a existência de um paradigma impactante para o desenvolvimento do setor empresarial e contábil.

Palavras-Chave: Contabilidade. Relatórios Contábeis. Micro e Pequena Empresa. Gestão Empresarial.

1. Introdução

As constantes mudanças ocorridas no cenário econômico durante os últimos anos dificultam a adequação das práticas gerenciais à nova realidade do mercado. O avanço da tecnologia em todas as áreas da sociedade exige das empresas meios confiáveis de obtenção de informações, como a existência é primordial para a tomada de decisões é imprescindível na busca pelo sucesso empresarial (RIBEIRO; FREIRE; BARELLA, 2012). No entanto exige-se adaptabilidade dos empresários.

De acordo com Ferreira (2009), essas mudanças estão fazendo com que os empresários tenham que se adaptar a um modelo de gestão dinâmica e atuante. Existem empresas que não utilizam as informações contábeis no seu processo gerencial. Alguns gestores, geralmente por desconhecimento ou por falha na assessoria contábil, baseiam as tomadas de decisões apenas em suas experiências (PASSOS, 2010).

Partindo desse pressuposto, Passos (2010) afirma que os empresários passam a não ser beneficiados pelas informações geradas pela Contabilidade, comprometendo a escolha das melhores decisões relacionadas principalmente ao controle, custos, investimentos e planejamento de seus negócios.

Dessa forma, a Contabilidade deixa de ser considerada apenas um Sistema de Informações Tributárias, tornando-se um instrumento gerencial que objetiva fornecer informações através da análise das demonstrações aos gestores (PASSOS, 2010), possibilitando identificar as áreas mais produtivas e as com maiores deficiências, estrutura da empresa (IUDÍCIBUS, 1998).

Indo além dos conceitos anteriores, Raza (2008, p. 17) afirma que “o empreendedor deve tornar a sua contabilidade uma fonte de informações para que possa tomar decisões seguras e coerentes com seu negócio”. Partindo desse pressuposto, pode-se afirmar que ao utilizar a contabilidade como ferramenta e tendo o contador como aliado na gestão da empresa.

Considerando que as MPEs aparentam não se preocupar com controles internos de suas atividades, nem com registros contábeis que possam vir a auxiliar a sua administração (Laurentino et al., 2008), esta pesquisa objetiva demonstrar aos gestores dessas empresas, acadêmicos e profissionais da área contábil, a importância do desenvolvimento e adoção da Contabilidade Gerencial no processo decisório. Portanto, Ferreira (2009) enfatiza que a contabilidade é um instrumento que auxilia o processo decisório transformando informações mensuradas monetariamente.

Baseado nesse cenário, a responsabilidade de fornecer as informações contábeis é do contador, e que os gestores necessitam dessas informações para o processo de tomada de decisão, neste contexto realizou-se uma pesquisa descritiva e exploratória através da aplicação de questionários a gestores de MPEs do setor do comércio do município de Bom Princípio/RS, a fim de analisar a percepção destes acerca da utilização das informações contábeis no processo de apoio a tomada de decisões.

2. Referencial Teórico

2.1 Micro e Pequenas Empresas (MPEs)

Segundo Chér (1991, p. 17) “existem inúmeros parâmetros para definir as pequenas e médias empresas, muitas vezes dentro de um mesmo país, como no Brasil”. Assim, nenhuma definição existente de micro e pequenas empresas será algo absoluto, mas apenas limitado a determinados aspectos ou órgãos aos quais tais definições estão vinculadas, de modo que estabelecer qualquer padrão de tamanho para defini-las é considerado algo arbitrário, visto que adotam-se padrões diferentes para propósitos diferentes (LONGENECKER; MOORE; PETTY, 1997),

Micro e pequenas empresas assumem características próprias de gestão, competitividade e inserção no mercado (CEZARINO; CAMPOMAR, 2007; (LEONE, 1999). Melo e Prieto (2013) afirmam que as MPEs são fundamentais para promover o crescimento econômico, criar empregos e renda, melhorando as condições de vida da população, cuja contribuição é reconhecida principalmente na capilaridade que estes negócios proporcionam.

Melo e Prieto (2013) destacam ainda que as MPEs são os amortecedores dos efeitos das flutuações ocorridas nas atividades econômicas. Mantêm o patamar em certas regiões e apresentam potencial de assimilação, adaptação, introdução, e algumas vezes a geração de novas tecnologias de produtos e processos, contribuindo para a descentralização das atividades econômicas. Ainda são capazes de dinamizar a economia dos pequenos municípios e até mesmo dos bairros das grandes metrópoles, (CEZARINO; CAMPOMAR, 2007).

No Brasil, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE (2013), classifica as empresas pelo número de funcionários conforme o setor em que atua.

Já a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que define o regime tributário do Simples Nacional, classifica-as conforme o faturamento bruto anual, sendo de até R\$ 360 mil para as Microempresas e entre uma faixa superior a R\$ 360 mil e inferior R\$ 3,6 milhões as EPPs.

Segundo o Portal Brasil (2013), as MPEs representam 20% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro e são responsáveis por 60% dos 94 milhões de empregos e constituem 99% dos 6 milhões de estabelecimentos formais existentes no País, sendo que a maior parte destes estão localizados na região Sudeste (com quase 3 milhões de empresas) e o setor preferencial

é o comércio, seguido de serviços, indústria e construção civil. A Tabela1 demonstra essa realidade.

Tabela 1 – Dados gerais das MPEs brasileiras

MPEs no Brasil	O que isso representa
20% do PIB	R\$ 700 bilhões
99% das empresas	5,7 milhões de MPEs
60% dos empregos	56,4 milhões de empregos

Fonte: Portal Brasil (2013).

Conforme o Portal Brasil (2013), desde 2000, as MPEs foram responsáveis por aproximadamente metade dos postos de trabalho formal criados, ou seja, 4,5 milhões de empregos.

2.2 Ferramentas de Gestão

2.2.1 Contabilidade

De acordo com Iudícibus, Marion e Faria (2009), a Contabilidade é considerada como uma das ciências mais antigas, de modo que sua existência denota da necessidade dos povos mais primitivos de controlar, medir e preservar o patrimônio familiar e, até mesmo, em função de trocar bens para maior satisfação das pessoas.

Com o passar dos anos, o governo começou a utilizar-se da Contabilidade para arrecadar os impostos e a torna obrigatória para a maioria das empresas (MARION, 2009); (LAURENTINO et al., 2008). A contabilidade é um sistema de informações destinado a prover seus usuários com demonstrações e análise de natureza economia e financeira. (IUDÍCIBUS; MARTINS; GELBCKE, 2006).

Consoante a isso, Portella e Treter (2011) expõem que a Contabilidade pode ser vista como uma ciência que estuda, controla e observa o patrimônio de uma empresa, cujas técnicas possibilitam a existência de um controle permanente. Sempre com objetivos específicos de ser subsidiariamente física, de produtividade e social, aos usuários internos e de natureza econômica, (IUDÍCIBUS, MARION; FARIA, 2009).

Por sua vez, Sá (2010, p. 46) define Contabilidade como “a ciência que estuda os fenômenos patrimoniais, preocupando-se com realidades, evidências e comportamentos dos mesmos, em relação à eficácia funcional das células sociais”. Marion (2008, p. 23) corrobora

afirmando que a Contabilidade “coleta todos os dados econômicos, mensurando-os monetariamente, registrando-os e sumarizando-os em forma de relatórios”. Marion (2009, p. 28) ainda enfatiza que “uma empresa sem boa Contabilidade é como um barco, em alto-mar, sem bússola, totalmente à deriva”. Portanto é possível afirmar que a Contabilidade contribui fortemente para o sucesso das organizações.

2.2.2 Relatórios Contábeis

Segundo Marion (2002), os relatórios contábeis são conhecidos também como informes contábeis e objetivam relatar às pessoas que se utilizam da Contabilidade os principais fatos registrados. Ressalta ainda que os mais importantes relatórios contábeis consistem nas Demonstrações Financeiras (terminologia utilizada pela Lei das S.A).

Como exemplo de demonstrações contábeis que são aplicados as MPEs, cita-se o Balanço Patrimonial (BP), a Demonstração de Resultado do Exercício (DRE), a Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC) e o Balancete de Verificação. Embora essas demonstrações sejam preparadas de maneira simplificada levando em consideração a pequena movimentação financeira da micro ou pequena empresa, elas podem fornecer informações que serão de grande valia na tomada de decisão (HENRIQUE, 2008).

2.2.2.1 Balanço Patrimonial (BP)

Conforme Silva e Novelli (2012), o BP é a demonstração da situação patrimonial e financeira da empresa em determinada data, sendo que geralmente sua publicação refere-se ao último dia do ano civil.

É composto por duas colunas: a coluna do Ativo a esquerda demonstra a aplicação dos recursos pela empresa, formados por bens e direitos a receber, e a coluna do Passivo e do Patrimônio Líquido (PL) a direita do Balanço representam as origens dos recursos, sendo formado pelo Capital de Terceiros e pelo Capital Próprio (SILVA; NOVELI, 2012).

De acordo com Ribeiro (2010) as contas do Ativo são agrupadas de acordo com o seu grau de liquidez, sendo que primeiramente encontra-se o grupo Ativo Circulante, Ativo Não Circulante. Já as contas do Passivo e do PL agrupam-se de acordo com o seu vencimento, de modo que o primeiro grupo consiste no Passivo Circulante, em seguida há o Passivo Não Circulante e por último o grupo PL.

2.2.2.2 Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)

A DRE tem como objetivo fornecer o resultado obtido pela empresa (lucro ou prejuízo) em um determinado exercício social, sendo que tal resultado é oriundo das receitas, custos e despesas incorridos pela empresa e são apropriados segundo o regime de competência (NETO, 2012). Conforme Marion (2002), através da DRE observa-se o indicador global de eficiência, ou seja, o retorno resultante do investimento dos proprietários da empresa, de modo que dentre os possíveis resultados, o prejuízo é uma situação passageira, já o lucro assume uma característica permanente. Sobre a forma de apresentação, Marion (2002, p.110) salienta que demonstração do Resultado do Exercício é vertical, isto é, subtrai-se e soma-se. Antigamente, esta demonstração era de forma *horizontal*, apresentando Receitas de um lado e Despesas/Custos no outro.

Referente à estrutura Neto (2012) afirma que a atual legislação estabelece sequência de apresentação dos vários elementos da demonstração do resultado para efeitos de publicação. Conforme Marion (2002) realiza-se a apuração do Resultado Bruto e em seguida do Resultado Operacional onde provisiona-se o Imposto de Renda (conforme a legislação) que será deduzido do lucro auferido no mesmo exercício e lançado como exigível (circulante) no Balanço. Obtém-se assim, o Lucro Depois do Imposto de Renda, de onde se deduz as participações previstas nos estatutos, debêntures, empregados, administradores e partes

beneficiárias, assim como as contribuições para instituições ou fundos de assistência ou previdência de empregados. E por fim encontra-se o Lucro Líquido, que é a sobra líquida à disposição dos sócios ou acionistas (MARION, 2002).

2.2.2.3 Balancete de Verificação

O balancete de verificação é um demonstrativo contábil encontra-se todas as contas em movimento da empresa e seus respectivos saldos, sendo que por este método cada débito deverá corresponder a um crédito de mesmo valor, cabendo ao balancete verificar se a soma dos saldos devedores é igual à soma dos saldos credores (PORTAL DA CONTABILIDADE, 2014).

Ainda conforme esse Portal, o Balancete de Verificação poderá ser utilizado para fins gerenciais, com suas informações extraídas dos registros contábeis mais atualizados. O balancete de Verificação, todavia, não é apenas útil para detecção de erro, mas também na preparação da Demonstração do Resultado do Exercício e Balanço Patrimonial. (Marion, 2002), enquanto que sob a ótica de Porton e Longaray (2006) é um relatório contábil que relaciona todos os saldos das contas em um determinado período, tanto os devedores quanto os credores.

2.2.2.4 Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC)

A DFC de uma forma resumida demonstra a origem de todo o dinheiro que entrou no Caixa, bem como a aplicação do montante total que saiu do Caixa num certo período, e ainda, o Resultado do Fluxo Financeiro (MARION, 2002).

Segundo Neto (2012), a DFC é obrigatória para todas as companhias, sendo que através de sua utilização pode-se analisar a capacidade financeira das empresas em honrar seus compromissos tanto perante terceiros (empréstimos e financiamentos), quanto acionistas. Enquanto que o planejamento do fluxo de caixa indicará antecipadamente as necessidades de numerário para o atendimento dos compromissos, (OLIVEIRA, 2010) e Zdanowicz (2002), o objetivo principal de se obter um Fluxo de Caixa consiste em aperfeiçoar a aplicação de recursos próprios e de terceiros.

3. Contabilidade Gerencial

De acordo com Portella e Treter (2011), a Contabilidade Gerencial é um dos ramos da Contabilidade relacionada à área de controle e gerenciamento, fornecendo informações para os administradores, isto é, aqueles que estão dentro da organização e que são responsáveis pela direção e controle de suas operações. Indo mais além, Iudícibus (1998), salienta que a Contabilidade Gerencial pode ser caracterizada como um enfoque especial conferido a várias técnicas e procedimentos, de maneira a auxiliar os gerentes.

Por sua vez, Portella e Treter (2011) destacam que a função objetiva da Contabilidade Gerencial tem é um conceito objetivo, podendo ser mensurado economicamente. Ainda, segundo Henrique (2008), empresário, assumindo o papel de administradores, podem desenvolver análises financeiras para identificar o desempenho de sua empresa em relação ao passado e à concorrência, tomando as decisões adequadas, desde que aborde as informações do patrimônio.

Porém, os empresários muitas vezes não conseguem administrar seus recursos financeiros adquiridos, por não interpretarem os dados contidos nos balanços, bem como os índices financeiros, e esses não serem suficientes para guiá-los nas decisões. Sob essa perspectiva se faz necessária uma análise das demonstrações contábeis claras e precisas, (BARBOSA, 2014).

Através das demonstrações financeiras, o administrador poderá tomar decisões baseadas em informações coerentes e seguras, o que maximizará significativamente as

possibilidades de sucesso. Além disso, as demonstrações financeiras possibilitam acompanhamento real da dinâmica do negócio, permitindo traçar novas metas e diretrizes em tempo hábil e seguro (CHÉR, 1991).

Neste contexto a Contabilidade Gerencial vem ganhando destaque dentro das empresas devido ao aumento da concorrência e a escassez de recursos disponíveis, assim como as constantes mudanças na gestão dos negócios (PORTELLA; TRETTER, 2011).

3.1 Instrumentos Gerenciais

3.1.1 Preço de Venda (PV)

Um dos grandes problemas enfrentados pelas MPEs refere-se a uma correta determinação nos preços de vendas de seus produtos, portanto, a preocupação dos gestores em como e no que devem focar ao precificar um produto (SILVA, 2012).

As decisões de preço não dirigem somente à simples maximização do faturamento da empresa, mas sim à combinação preço-volume mais lucrativa, visto que um faturamento maior nem sempre significa um lucro superior, resultando na necessidade de um sistema de custos confiável para que os custos fixos, variáveis, diretos e indiretos sejam identificados (RAPOZO, 2004).

Outra ferramenta importante para o gerenciamento e formação de preço adequado é:

3.1.2 *Mark-up*

O *Mark-up*, é uma das técnicas mais utilizadas para a formação do PV, considerado relevante para um preço justo e ao mesmo tempo, como fator de rentabilidade para as empresas (Silva, 2012). A taxa de marcação ou *Mark-up* é um índice aplicado sobre o custo de um bem ou serviço para a formação do preço de venda. Têm por finalidade cobrir os fatores, como tributação sobre vendas e demais despesas financeiras e administrativas (WERNKE, 2008). Enquanto que a:

3.1.3 Margem de Contribuição (MC)

De acordo com Rapozo (2004), a MC é utilizada para avaliar como cada produto contribui para a geração de lucro das empresas. Por sua vez, Wernke (2008, p. 42) afirma que “a margem de contribuição é o valor resultante da venda de uma unidade, após deduzidos os custos e despesas variáveis associados ao produto comercializado [...]. Indo além, Silva (2012) salienta que a MC é considerada por muitos autores e profissionais uma importante ferramenta de gerenciamento, possibilitando ao gestor tomar decisões precisas para aumentar sua lucratividade e reduzir custos (Wernke, 2008) permitindo identificar quais os produtos trazem ou não retorno à empresa (OLIVEIRA, 2008). Porém o ponto de equilíbrio é:

3.1.4 Ponto de Equilíbrio (PE)

Segundo o SEBRAE (2014), o PE trata-se de um indicador de segurança do negócio, pois demonstra quanto é necessário vender para que as receitas se igualem aos custos, indicando em que momento, a partir das projeções de vendas do empreendedor. Para Rapozo (2004) e Silva (2012), o PE consiste no mínimo que uma empresa necessita produzir, vender ou auferir pelos seus produtos, para que os custos fixos e variáveis sejam cobertos.

Nesse contexto, segundo Silva (2012), existem três tipos de PE, quais sejam:

- PE Contábil: incide quando os custos se igualam às vendas, podendo ser calculado em unidades e representar o número de produtos que deve ser vendido para que o resultado seja zero, ou em valor, expor o valor mínimo que a empresa necessita vender para não ter prejuízos (WERNKE, 2008),

- PE Econômico: ocorre quando a receita total cobre os custos e despesas totais e ainda proporciona uma margem de lucro (SILVA, 2012).
- PE Financeiro: refere-se ao nível de venda que a empresa precisa realizar para pagar os custos e despesas, exceto a depreciação (SILVA, 2012).

Concomitante, Oliveira (2008) ressalta que, conhecer a venda mínima de um determinado produto auxilia o gestor a perceber a necessidade de utilizar outras estratégias para aumento de vendas, já que o objetivo das empresas é a obtenção de resultado positivo.

3.2 Análise das Demonstrações Financeiras

Matarazzo (2010) afirma que um dos elementos mais importantes na tomada de decisões relacionadas a uma empresa é a análise das suas demonstrações financeiras, sendo que o diagnóstico empresarial começa com uma rigorosa análise de balanços, cujo objetivo consiste em determinar quais são os pontos críticos. Barbosa (2014) complementa que a análise financeira de uma empresa consiste em analisar minuciosamente os dados financeiros disponíveis sobre a empresa bem como as condições endógenas e exógenas que as afetam financeiramente. Para Silva (2010, p. 6), "as demonstrações contábeis são apenas canais de informação sobre a empresa".

O objetivo da análise das demonstrações varia de acordo com a instituição, de acordo com os usuários e com as informações que se pretendem extrair dos dados disponibilizados, desse modo, durante a análise a relação entre os elementos das demonstrações financeiras é estabelecida em comparação com outras informações obtidas sobre o negócio (Passos, 2010). Neto (2012) também corrobora, ao afirmar que, a análise das demonstrações financeiras tem como finalidade relatar, com base nas informações contábeis fornecidas pelas empresas.

A análise de balanços é importante, pois é através dessa ferramenta que a organização irá obter informações referente a situação econômica e financeira, sobre a capacidade de pagar as suas obrigações, (BARBOSA, 2014).

As principais técnicas de análise das demonstrações financeiras apresentadas por Marion (2002) consistem na Análise Horizontal e Vertical e nos Indicadores Financeiros e Econômicos.

3.2.1 Análise Vertical e Horizontal

A Análise Vertical e Horizontal, na visão de Matarazzo (2010, p. 170), aponta qual o principal credor e como se alterou a participação de cada credor nos últimos dois exercícios. Ou então, os índices indicam que a empresa teve reduzida sua margem de lucro; a Análise Vertical-Horizontal apontará, por exemplo, que isso se deveu ao crescimento desproporcional das despesas administrativas.

Passos (2010) afirma que na Análise Vertical utiliza-se o Balanço Patrimonial e a DRE, analisando a sua estrutura. Para Marion (2002), este tipo de análise propicia a comparação da percentagem dos itens do Ativo em relação a outras empresas, basicamente as concorrentes, de modo que sob uma forma análoga, comparam-se os percentuais da DRE. Ressalta ainda que essa análise só será completa quando elaborada simultaneamente em dois ou mais períodos.

De acordo com Neto (2012, p. 113) "a Análise Vertical é também um processo comparativo, expresso em percentagem, que se aplica ao se relacionar uma conta ou grupo de contas". Matarazzo (2010) ressalta ainda que na Análise Vertical da DRE calcula-se o percentual de cada conta em relação às vendas.

Por sua vez, na Análise Horizontal também se utiliza o BP e a DRE, porém com dados de dois ou mais exercícios para a comparação da evolução dos números da empresa (PASSOS, 2010). Quanto ao objetivo dessa análise, Matarazzo (2010) afirma que trata-se de mostrar a evolução de cada conta das demonstrações financeiras e, através da comparação

entre si. Complementando, Passos (2010) ressalta que para se obter conclusões mais próximas à realidade da empresa é preciso utilizar a Análise Horizontal em conjunto com a Análise Vertical. E ater-se aos indicadores das demais empresas do mesmo segmento de mercado e geograficamente.

3.2.1.1 Indicadores Financeiros e Econômicos

Segundo Neto (2012), os Indicadores Financeiros e Econômicos procuram relacionar elementos afins das demonstrações contábeis de forma a melhor extrair conclusões sobre a situação da empresa, existindo, para tanto, vários índices importantes no processo de análise, quais sejam: Índices de Liquidez, Índices de Endividamento, Índices de Atividade e Índices de Rentabilidade.

3.2.1.1.1 Índices de Liquidez (ILs)

Os ILs são utilizados para avaliar a capacidade de pagamento da empresa, ou seja, visam demonstrar a capacidade que a empresa tem para saldar seus compromissos, sendo esta avaliada num longo, curto ou imediato prazo (MARION, 2002). Conforme Henrique (2008), se esses índices forem superiores a 1 (um), a resposta será positiva, pois para cada real devido existe um valor superior em recursos para pagamento, sendo que esta mesma lógica se aplica a situação inversa. Esse mesmo autor ressalta ainda que se a empresa estiver com estoque ocioso, à interpretação do índice pode ser enganosa, visto que a demora em materializar os estoques em reais.

Segundo Neto (2012), Matarazzo (2010), Marion (2002) e Henrique (2008) os ILs são divididos basicamente em 4 (quatro) tipos, quais sejam: Índice de Liquidez Geral: revela a liquidez a curto e longo prazo, demonstrando a capacidade da empresa em saldar todos seus compromissos (Neto, 2012), indicando quanto a empresa possui no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo para cada R\$ 1,00 de dívida total (Matarazzo, 2010), ou seja, relaciona tudo o que a empresa converterá em dinheiro com tudo o que ela já assumiu de dívida (Marion, 2002). Os principais índices são: Índice de Liquidez Corrente, Índice de Liquidez Seca, Índice de Liquidez Imediata.

3.2.1.1.2 Índices de Endividamento

Os Índices de Endividamento permitem avaliar o nível de endividamento da empresa, obtendo a informação sobre os recursos que as empresas mais utilizam, (Passos, 2010). Por sua vez, Matarazzo (2010) complementa afirmando que esses índices indicam qual o percentual de obrigações de curto prazo em relação às obrigações totais. De acordo com Henrique (2008) geralmente as dívidas são contraídas em curto prazo principalmente para financiar o capital de giro de uma empresa, ou em longo prazo para adquirir instalações ou equipamentos.

3.2.1.1.3 Índices de Atividade

Os Índices de Atividade demonstram a quantidade de dias que a empresa leva em média para receber suas vendas, pagar suas compras e renovar o seu estoque (Marion, 2002). O PMRV mede o tempo que a empresa espera para receber as vendas realizadas, o PMPC determina o tempo médio que a empresa leva para pagar as suas compras e o PME determina o prazo que o produto acabado permanece no estoque à espera de sua venda (NETO, 2012).

Através do cálculo do PMRV e do PMPC os gestores poderão estruturar uma política de crédito que coincida as datas de pagamentos com as de recebimentos, não prejudicando a disponibilidade de capital de giro (HENRIQUE, 2008).

3.2.1.1.4 Índices de Rentabilidade (IRs)

Os IRs evidenciam a situação econômica da empresa, podendo avaliar o seu grau de êxito econômico obtido em relação ao capital investido (Passos, 2010). Por sua vez, Marion (2002) afirma que esses índices estão interligados ao potencial de vendas e a habilidade em gerar rendimentos para a evolução das despesas.

Conforme Matarazzo (2010), os principais índices de rentabilidade são os seguintes: Giro do Ativo, Margem Líquida, Rentabilidade do Ativo, Rentabilidade do PL.

Sobre a ótica de Marion (2002), a Taxa de Retorno sobre Investimentos (TRI) do ponto de vista da empresa demonstra a relação entre o Lucro Líquido e o Ativo Total.

4. Metodologia de Pesquisa

A metodologia quanto aos objetivos, classifica-se como descritiva, que, na concepção de Gil (2002). Tem como objetivo descrever as características da população e de fenômenos. Quanto aos procedimentos técnicos da pesquisa realizou-se um levantamento, o que, para Gil (2002), basicamente, procede-se à solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas em relação ao problema estudado para, em seguida, mediante análise quantitativa, obterem-se as conclusões correspondentes aos dados coletados.

Adotou-se uma abordagem quantitativa, que, de acordo com Richardson (1999, p. 70), "caracteriza-se pelo emprego da quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas, desde as mais simples [...] às mais complexas".

Dessa maneira, o método quantitativo busca precisão dos resultados, evitando assim distorções acerca da análise e interpretação dos dados, ou seja, a pesquisa se caracteriza pela utilização de instrumentos estatísticos tanto na coleta quanto na análise dos dados.

Segundo Lakatos e Marconi (2007, p. 112) "população é o conjunto de seres animados ou inanimados que apresentam pelo menos uma característica em comum". Desse modo, a população deste estudo compõe-se pelos gestores das MPEs do setor de comércio do município de Bom Princípio/RS, totalizando 210 (duzentos e dez) empresários, sendo que nesta pesquisa foram analisado somente os MPEs estabelecidos na área urbana que totalizam 62 (sessenta e dois).

A amostra conforme Gil (2002) consiste em um subconjunto do universo ou da população de pesquisa, constituindo-se em uma forma mais rápida e fácil de analisar características de determinadas populações (Rapozo, 2004). Para determinar o tamanho da amostra foi utilizada a fórmula de dimensionamento de amostra para população finita com um intervalo de confiança de 95% e um erro amostral de 5% (PEREIRA, 1999), assim a amostra foi formada de 55 (cinquenta e cinco) gestores. Após a análise dos questionários foram eliminados 11 (onze) eliminados em decorrência da falta de consistência, que apresentou mais de 10% de não-resposta (*missing data*).

A coleta de dados ocorreu no mês de outubro de 2014, por meio de um questionário estruturado composto por 22 (vinte e duas) questões, destinado aos gestores de MPEs do setor comercial de Bom Princípio/RS. Após a coleta dos dados, estes foram tabulados e calculados frequências relativas percentuais.

5. Resultados e Discussões

Através da aplicação dos questionários, referentes à percepção dos gestores das MPEs a respeito da utilização das informações contábeis no processo de apoio a gestão para a tomada de decisões no município de Bom Princípio/RS, apresentam-se os resultados agrupados conforme o perfil do respondente e a suas práticas gerenciais.

4.1 Perfil do Respondente

Considerando os 44 (quarenta e quatro) gestores das MPEs, identificou-se que 70% destes são do sexo feminino, 30% são do sexo masculino, demonstrando a predominância das mulheres nesse tipo de negócio, concordando com as ideias de Ribeiro, Freire e Barella (2012).

Em relação à faixa etária, verificou-se que 41% dos respondentes possuem idade entre 31 (trinta e um) e 50 (cinquenta) anos, 32% acima de 50 (cinquenta) anos e 27% de 21 (vinte e um) a 30 (trinta) anos, demonstrando que os jovens ainda não estão inseridos na gestão das MPEs.

Ao serem interrogados sobre a função desempenhada na empresa, alguns dos respondentes afirmaram exercer mais do que uma única função, como por exemplo, proprietário e administrador. Assim, constatou-se que 41 (quarenta e um) respondentes são proprietários, 20 (vinte) são administradores e somente 1 (um) questionário foi respondido por funcionário do setor de gestão, de modo que, pode-se inferir que 18 (dezoito) respondentes são simultaneamente proprietários e administradores.

No que tange o grau de escolaridade dos respondentes, verificou-se que a maioria destes possui apenas o Ensino Médio (43%), ao passo que 37% possuem Ensino Superior Incompleto, 11% Ensino Superior Completo, 7% Pós- Graduação Incompleta e apenas 2% possuem Pós-Graduação Completa.

Verificou-se também o tempo de atuação das empresas no ramo do comércio no município objeto de estudo, demonstrando que 66% atuam a mais de 5 (cinco) anos, 25% de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, 7% possuem menos de 1 (um) ano de atuação e 2% de 1 (um) a 2 (dois) anos.

Todavia, em relação ao tempo de experiência do responsável pela gestão das empresas, nota-se que (73%) possui experiência a mais de 5 (cinco) anos, 11% possuem experiência de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, 9% inferior a 1 (um) ano e 7% de 1 (um) a 2 (dois) anos.

Considerando o nível de conhecimento dos respondentes acerca da Contabilidade Gerencial, constatou-se que 40% destes afirmam possuir tal conhecimento, contudo não o aplicam na empresa, 33% informaram não possuir tal conhecimento, resultando em apenas 27% que possuem tal conhecimento e o aplicam na empresa.

5.2 Práticas Gerenciais

Ao serem interrogados sobre o hábito de consultar o profissional contábil antes de tomar alguma decisão relacionada ao gerenciamento da empresa, 45% dos gestores, afirmaram consultar o contador, 39% às vezes e 16% não o consultam. Desse modo, observa-se que a maioria das MPEs do comércio do município de Bom Princípio/RS estão conscientes da importância de manter-se bem informadas, visto que o mercado econômico é dinâmico e bastante competitivo, de modo que reconhecem a relevância em alicerçar suas tomadas de decisão sob âmbito contábil.

Analisando os principais serviços contábeis fornecidos atualmente pelo contador às MPEs, obtiveram-se 78 (setenta e oito) respostas, sendo que havia a possibilidade de o gestor identificar mais do que um serviço. Dentre as respostas, 39 (trinta e nove) destacam os serviços de Contabilidade Fiscal, 25 (vinte e cinco) referem-se ao Departamento Pessoal, 8 (oito) a Contabilidade de Custos e apenas 6 (seis) recebem o serviço de Contabilidade Gerencial.

Relacionando-se ao questionamento anterior, abordou-se o aspecto da utilização e finalidade dos serviços contábeis evidenciados, sendo que ao respondente foi proporcionada a opção de elencar mais do que uma alternativa, totalizando 47 (quarenta e sete) respostas. Dentre elas, 21 (vinte e uma) das empresas utilizam os serviços contábeis somente para fins fiscais, 17 (dezessete) para fim gerencial e fiscal e 9 (nove) unicamente pela obrigatoriedade imposta pela Legislação vigente.

Desta forma, percebe-se que os gestores priorizam mais a regularidade perante a fiscalização do que seu próprio gerenciamento, de modo que, para eles, a Contabilidade não é considerada um suporte para as tomadas de decisão.

Os respondentes ainda foram questionados acerca de quais as informações e/ou documentos são encaminhados mensalmente ao contador, sendo possível mais do que uma única resposta. Assim, listaram-se as Notas Fiscais, cópias dos comprovantes de pagamento dos impostos e encargos, notas e cupons fiscais de despesas operacionais, extratos bancários, cópias de rescisões e alterações de salários, documentos sobre horas extras e comissões, informações de retirada de pró-labore, contratos e cópias de pagamento de empréstimos, controle do caixa da empresa e relatórios com informações de fornecedores a pagar e cliente a receber, correspondendo, respectivamente, a 44 (quarenta e quatro), 35 (trinta e cinco), 28 (vinte e oito), 28 (vinte e oito), 28 (vinte e oito), 27 (vinte e sete), 20 (vinte), 17 (dezesete), 15 (quinze) e 15 (quinze) respostas.

Observa-se que os documentos e/ou informações encaminhadas ao profissional contábil relaciona-se com o tipo de serviço que este presta à empresa, indicando, por sua vez, o grau de importância que a Contabilidade representa nos processos decisórios das MPEs em estudo.

Continuando a análise, questionou-se aos respondentes a respeito dos relatórios contábeis recebidos do contador, sendo possível a identificação de mais de uma alternativa de resposta, onde se constatou que 20 (vinte) empresas recebem o Balanço Patrimonial, 19 (dezenove) não recebem nenhum tipo de relatório contábil, 13 (treze) recebem o Balancete de Verificação e ainda 13 (treze) recebem a DRE.

Ainda nesta verificação, procurou-se saber quais relatórios são fornecidos pelo contador, de modo que a maioria dos respondentes – 25 (vinte e cinco) - não recebem relatórios gerenciais, 16 (dezesesseis) recebem a análise de balanços, 5 (cinco) o relatório sobre o PE e apenas 4 (quatro) o relatório da análise da MC.

Em relação à cobrança destes relatórios, 72% dos respondentes afirmam que o serviço das análises dos relatórios gerenciais não é cobrado separadamente, o que não ocorre para o restante dos gestores (28%). Em seguida, questionou-se sobre o interesse dos respondentes em receber tais relatórios mesmo que estes representassem desembolso para a empresa, demonstrando dos empresários que não os recebem, 60% afirmaram querer recebê-los mesmo tendo que remunerar o contador, ao passo que 40% não têm interesse em fazê-lo.

Em relação à utilização das informações e/ou relatórios emitidos nas atividades contábeis, verificou-se que 39% dos respondentes os utilizam para decisões gerenciais, 39% não utilizam por que não os recebem, 9% utilizam apenas para prestar contas, 7% não utilizam por que não entendem, uma parcela de 4% utiliza para decisões especiais e uma parcela de 2% não utiliza por que afirma não ser útil para fim gerencial.

Sob esse aspecto, Ferreira (2009) salienta que a Contabilidade Gerencial, está voltada para a administração da empresa, procurando suprir de informações importantes o gestor, que ao utilizá-las potencializará a avaliação dos negócios e conseqüentemente melhorará os resultados (FERREIRA, 2009).

Quanto aos relatórios econômicos e financeiros que a empresa recebe do contador, observa-se que das 44 (quarenta e quatro) MPEs respondentes, 31 (trinta e uma) não recebem relatórios econômicos e financeiros, 8 (oito) recebem os relatórios de análise do PE e apenas 6 (seis) recebem o relatório de gestão de fluxo de caixa.

Referente aos controles de gerenciamento financeiro utilizados, considerando a possibilidade da utilização de mais de um instrumento por uma mesma empresa, evidencia-se que a maioria dos gestores – 37 (trinta e sete) - utilizam o controle de contas a pagar e a receber, 28 (vinte e oito) o registro de Caixa e Bancos, e menos da metade – 20 (vinte) - utilizam o controle de estoques.

Em relação à utilização da DFC como ferramenta de planejamento na empresa, 55% dos respondentes afirmaram que a utilizam para auxiliar no planejamento, 27% responderam que às vezes utilizam e 18% não a utilizam.

Considerando os relatórios utilizados como gerenciamento de resultados e permitindo ao respondente assinalar mais do que uma alternativa de resposta, identificou-se que dentre os 44 (quarenta e quatro) gestores, 27 (vinte e sete) afirmaram que utilizam as despesas fixas para gerenciar os resultados, 25 (vinte e cinco) utilizam as receitas, 23 (vinte e três) os custos variáveis, 20 (vinte) o PE, 12 (doze) a MC e 11 (onze) o Resultado Operacional.

Ao serem questionados sobre a forma de elaboração do Preço de Venda (PV), 52% dos respondentes afirmaram que o fazem aplicando a MC considerando as despesas e os custos, 17% responderam que elaboram aplicando o percentual de lucro desejado sobre o valor de compra da mercadoria, 17% não responderam, 10% afirmaram aplicar a MC desejada considerando somente o valor da compra da mercadoria, 2% através do preço sugerido pelos fornecedores e 2% aplicando a margem de lucro desejada levando em conta as despesas fixas e a inadimplência.

Por fim, buscou-se verificar a utilização do *Mark-up* para a formação do PV dos produtos nas MPEs, de modo que 45% dos respondentes afirmaram utilizarem tal instrumento, ao passo que 32% o fazem às vezes (sem regularidade) e 23% afirmaram não o utilizar.

6. Considerações Finais

Na sociedade do conhecimento em que a tecnologia e novas ideias surgem diariamente influenciando a forma de trabalho, torna-se fundamental aos empresários e profissionais contábeis estreitar os laços e buscar as aptidões necessárias para produção de ferramentas eficientes que auxiliam na gestão.

Neste sentido, a Contabilidade tem o papel de fornecer informações que contribuam com os gestores no processo de apoio a tomada de decisão, de modo que a pesquisa realizada permitiu analisar a importância de tal ferramenta sob a percepção dos gestores das MPEs.

Através desta, foram identificadas as informações e/ou documentos que tais empresas geralmente encaminham aos profissionais contábeis, demonstrando que todos os respondentes reconhecem a importância do encaminhamento das notas fiscais emitidas mensalmente, ao passo que o controle do caixa da empresa e o relatório com as informações de fornecedores a pagar e clientes a receber não denotam relevância para o gestor.

Em relação ao tipo de serviço contábil recebido pelas MPEs, constatou-se que a maioria dos respondentes evidenciaram a Contabilidade Fiscal e apenas uma pequena parcela a Contabilidade Gerencial, o que pode ser justificado pelo desconhecimento destas empresas em relação ao serviço de apoio dos profissionais contábeis, que vão além das obrigações fiscais.

Deste modo, devido grande parte dos gestores que compõem a amostra estudada não utilizarem as informações que a Contabilidade Gerencial proporciona e que os contadores, em sua maioria, apenas forneceram informações com ênfase no aspecto tributário legal, assim não tornando-se possível que as MPEs façam qualquer avaliação do desempenho e de projeção de seus resultados.

Dessa maneira, observa-se que os empresários devem considerar a Contabilidade como fator de relevância superior à apenas os aspectos procedimentos exigíveis, cabendo aos profissionais da área demonstrar essa importância, proporcionando uma melhor gestão empresarial, desenvolvendo assim, mais eficácia, agilidade e disponibilidade para a resolução de problemas oriundos principalmente das constantes mudanças no cenário socioeconômico.

Entretanto, admite-se a limitação da pesquisa realizada, recomendando-se, dessa forma, estudos aprofundados, assim como a aplicação do questionário em outras regiões do

Estado e setores da economia, estimulando a divulgação no meio contábil e acadêmico, incentivando a mudança desse paradigma. Reconhece-se que a realidade do estudo serve somente para a área estudada.

Referências

BARBOSA, R. T. **A importância da análise financeira de balanços um estudo de caso na gestão financeira da Companhia Energética de São Paulo (CESP)**. Campina Grande: 2014. Disponível em:

<<http://dspace.bc.uepb.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/5287/PDF%20-%20Rodolfo%20Travasso%20Barbosa.pdf?sequence=1>> Acesso em: 01 out. 2014.

BRASIL. **Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 – Simples Nacional** Disponível em:

<<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/LeisComplementares/2006/leicp123.htm>> Acesso em: 10 out. 2013.

Portal Brasil - Mapa das Micro e Pequenas Empresas. Disponível em:

<<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2012/02/o-mapa-das-micro-e-pequenas-empresas>> Acesso em: 15 de out. de 2013.

CEZARINO, L.; CAMPOMAR, M.C. **Micro e pequenas empresas: características estruturais e gerenciais**. São Paulo: 2007. Disponível em:

<<http://www.unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/hispecielemaonline/sumario/10/19042010081633.pdf>> Acesso em: 31 ago. 2013.

CHÉR, R. **A gerência das pequenas e médias empresas: o que saber para administrá-las**. 2ª Ed. São Paulo: Maltese, 1991.

FERREIRA, A. J. P. **Estudo sobre a percepção dos empresários das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte acerca da utilização da Informação Contábil no Processo de Tomada de Decisão: uma pesquisa de campo nas empresas do Shopping Iguatemi Salvador, Bahia**. 2009. Disponível em:

<http://www.contabeis.ufba.br/Site/arquivos/Editor/file/TCC%20Gest%C3%A3o%20Cont%C3%A1bil%20Tribut%C3%A1ria/artigo_Antonio%20Jorge_Banca%20NOTA%20290310.pdf> Acesso em: 15 set. 2013.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

HENRIQUE, M. A. **A importância da contabilidade gerencial para micro e pequena empresa**. Monografia (Especialização em Gestão Contábil). Universidade de Taubaté: Taubaté/SP, 2008. Disponível em:

<<http://br.monografias.com/trabalhos-pdf/contabilidade-gerencial-micro-pequena-empresa/contabilidade-gerencial-micro-pequena-empresa.pdf>> Acesso em: 22 set. 2013.

IUDÍCIBUS, S. **Contabilidade Gerencial**. São Paulo: Atlas, 1998.

IUDÍCIBUS, S.; MARION, J. C.; FARIA, C. **Introdução à Teoria da Contabilidade para o nível de graduação**. São Paulo: Atlas, 2009.

IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E.; GELBCKE, E. R. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações**: aplicável às demais sociedades. São Paulo: Atlas, 2006.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 2007.

LAURENTINO, A. J.; LESTENSKY, D. L.; NOGARA, J. G.; PRIA, T. D. **A importância da contabilidade gerencial para as micro e pequenas empresas no século XXI no Brasil**. Monografia (Ciências Contábeis) – FAE Centro Universitário. Curitiba: 2008. Disponível em: <http://www.paranaeducacao.pr.gov.br/arquivos/File/TCC_ANDERSON_DOUGLAS_JOAO_THIAGO.pdf> Acesso: 30 set. 2013.

LEONE, G. S. G. **Custos**: planejamento, implantação e controle. São Paulo: Atlas, 1999.

LONGENECKER, J. G.; MOORE, C. W.; PETTY, J. W. **Administração de pequenas empresas**. São Paulo: Makron, 1997.

MARION, J. C. **Contabilidade empresarial**. 9 Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

_____ **Contabilidade empresarial**. 14 Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

_____ **Contabilidade básica**. 10 Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MATARAZZO, D. C. **Análise Financeira de Balanços**: abordagem gerencial. 7ªEd. São Paulo: Atlas, 2010.

MELO, K. B.; PRIETO, M. F. **A gestão de custos em micro e pequenas empresas - MPES: Um estudo de caso em empresas de panificação na cidade de Uberlândia**. Universidade Federal do Pará - Instituto de Ciências Sociais Aplicadas Faculdade de Ciências Contábeis: Pará, 2013. Disponível em: <http://csearouthamerica.org/2013/sites/default/files/23_a_gestao_de_custos_em_micros_e_pequenas_empresas_-_mpes_um_estudo_de_caso_em_empresas_de_panificacao_na_cidade_de_uberlandia.pdf> Acesso em: 10 Nov. 2013.

NETO, A. A. **Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro**. São Paulo: Atlas, 2012.

OLIVEIRA, A. C. V. P. **Ferramentas de gestão de um sistema de informação para empresas comerciais de pequeno porte**. Florianópolis: UFSC, 2008. Disponível em: <<http://tcc.bu.ufsc.br/Contabeis291522>> Acesso em: 22 set. 2013.

OLIVEIRA, A. D. **Planejamento Financeiro em uma Microempresa**. Porto Alegre, 2010. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/29611/000768588.pdf?...1>> Acesso em: 05 out. 2014.

PASSOS, Q. C. **A importância da contabilidade no processo de tomada de decisão nas empresas**. Monografia UFRGS: 2010. Disponível em:

< <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/25741/000751647.pdf?...1%E2%80%8E>
> Acesso em: 15 set. 2013.

PORTAL DA CONTABILIDADE. **Balancete de Verificação**. Disponível em: < <http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/balancete-de-verificacao.htm> > Acesso em: 08 out. 2014.

PEREIRA, R. S. **Estatística e suas aplicações**. Porto Alegre: Grafosul, 1999.

PORTELLA, C. S.; TRETER, J. **Contabilidade gerencial uma ferramenta de gestão empresarial**. Cruz Alta: 2011. Disponível em:
<http://www.unicruz.edu.br/16_seminario/artigos/sociais/CONTABILIDADE%20GERENCIAL%20UMA%20FERRAMENTA%20DE%20GEST%C3%83O%20EMPRESARIAL.pdf> Acesso em: 01 set. 2013.

PORTON, R. A.; LONGARAY, A. A. **Relevância do uso das informações contábeis nos processos organizacionais**. Fecap: 2006. Disponível em:
< http://www.fecap.br/extensao/artigoteca/Art_011.pdf > Acesso em: 10 set. 2013.

RAPOZO, F. O. **O uso das informações contábeis para fins gerenciais nas Micro e Pequenas Empresas de Teresópolis**. 2004. Disponível em:
< http://www.fucape.br/premio_excelencia_academica/upld/trab/7/flavia_Mono_1.pdf >. Acesso em: 10 out. 2014.

RAZA, C. **Informações contábeis: o cliente não sabe pedir e o escritório contábil, na sua grande maioria, não está preparado para fornecer**. Boletim CRC SP, n.166, p.16-17. São Paulo, 2008.

RIBEIRO, A.; FREIRE, E. J.; BARELLA, L. A. **A informação contábil como instrumento de apoio às micro e pequenas empresas: percepção dos gestores de micro e pequenas empresas de Paranaíta – MT, quanto à utilização de informações da contabilidade no processo de tomada de decisão, no ano de 2012**. Disponível em:
< <http://faflor.com.br/revistas/refaf/index.php/refaf/article/view/91/html> > Acesso em: 30 set. 2013.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade Fundamental**. 2ª Ed. São Paulo: Saraiva 2010.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

SÁ, A. L. **Teoria da Contabilidade**. 5ªEd. São Paulo: Atlas, 2010.

SEBRAE. **Crítérios e conceitos para classificação de empresas**. Disponível em:
< <http://www.sebrae.com.br/uf/goias/indicadores-das-mpe/classificacao-empresarial/criterios-e-conceitos-para-classificacao-de-empresas/criterios-e-conceitos-para-classificacao-de-empresas> > Acesso em: 05 set. 2013.

_____ **Gestão Financeira: Ponto de Equilíbrio**. Disponível em:
< <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/Ponto-de-equil%C3%ADbrio>> Acesso em: 10 outubro 2014.

SILVA, J. P. **Análise Financeira das Empresas**. 10 Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SILVA, L. R. **A relevância dos indicadores gerenciais de custos e sua efetividade na controladoria e gestão empresarial**. Ijuí/RS: 2012. Disponível em:

<<http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/807/TCC%20Leila%20Regiane%20da%20Silva.pdf?sequence=1>> Acesso em: 10 out. 2014.

SILVA, R. L.; NOVELI, C. P.; **Fluxo de Caixa: Uma abordagem Gerencial**. Maringá: 2012. Disponível em:

< <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/CadAdm/article/download/20848/11071> > Acesso em: 10 out. 2014.

WERNKE, R. **Gestão de Custos: uma abordagem prática**. 2ªEd. São Paulo: Atlas, 2008.

ZDANOWICZ, J. E. **Fluxo de Caixa: uma decisão de planejamento e controle financeiro**. 9ªEd. Porto Alegre: Sagra Luzzata, 2002.